

1 **ATA DA REUNIÃO DO FÓRUM REDESIM REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021.**

2 **Início:** 10 horas.

3 **Término:** 11h30.

4 **Local:** Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo – CRCES e virtual pela plataforma Zoom.

5 **Presenças:** Carla Cristina Tasso, Bruno Brunoro, Jaceli, José Vargas, Breno Mamari Pessoa, Milza
6 Fernandez Oliveira, Glauber Vettoraci, Clair Martins, Paulo Juffo.

7 **ORDEM DO DIA: 1) Comunicados: 1.1) Exame de suficiência:** A Coordenadora do Fórum Redesim,
8 Contadora Carla Tasso comentou que as pessoas estavam perguntando se haveria o exame de
9 suficiência e informou que o CFC está prevendo para maio e novembro no formato presencial. **1.2)**

10 **Pontuação para Educação Continuada:** o CRCES encaminhou ofício para o CFC solicitando que
11 permaneça a obrigatoriedade de 20 pontos para 2021 mesmo sabendo que as pessoas já deveriam estar
12 acostumadas com cursos "on line". Está aguardando a resposta. **1.3) Carteira de Identidade**

13 **Profissional:** o CFC já iniciou o processo de licitação e, provavelmente, até o final do 1º semestre já
14 poderemos imprimir as carteiras. **2) Decreto 4838-R:** o Governo do Estado publicou Decreto instituindo
15 quarentena, a Femicro publicou matéria de apoio. Em termos de serviços contábeis está permitido

16 funcionar sem atendimento ao público, o art. 1º relaciona as atividades essenciais e no art 4º a
17 suspensão das atividades, porém excetuando o trabalho interno. A Carla Tasso está em contato com o
18 Secretário de Fazenda para fazer uma "live" para contadores e empresários explicando as medidas. Em

19 conversa com o Secretário Rogelio indagou sobre a postergação de obrigações acessórias, o Secretário
20 respondeu que o Governo seria célere em publicar medidas que facilitem para os empresários, pediu que
21 não fizesse ofício solicitando a inclusão de serviços contábeis como atividade essencial. Em reunião, o

22 Conselho Diretor do CRCES aprovou não oficiar o governo, respeitando orientação do Setor Jurídico de
23 que essa não é atribuição do CRCES, mesma decisão foi tomada pela Diretoria do SESCOB, até por que
24 o Decreto não impede o trabalho em escritórios que prestam serviços contábeis. A Carla mencionou o

25 Decreto, art. 4º § 2º, que diz o disposto não se aplica as atividades internas dos estabelecimentos em
26 geral, ou seja, o profissional contábil vai poder trabalhar internamente, atender ao público não pode. A
27 Carla Tasso comentou que um município pode aumentar as restrições, porém não pode minorar. Em

28 relação a solicitar postergação de tributos compete à FINDES, FECOMERCIO, FEMICRO, e não ao
29 CRCES, ao SESCOB e às Associações, não são os contadores os contribuintes do tributo. Em relação à
30 obrigação acessória, tudo referente a fevereiro já era para estar pronto ou até entregue, então não

31 justifica pedir postergação, até por que as empresas não vão parar de trabalhar, mesmo assim,
32 considerando que pode haver um alongamento do Decreto acredita que poderá permitir postergação das
33 obrigações acessórias. A FINDES e a FECOMERCIO, que são os mais interessados, não pediram

34 postergação de tributos. Então, é preciso que os escritórios de contabilidade trabalhem normalmente e
35 tomem as medidas de segurança como manter o distanciamento, uso de álcool em gel e de máscara.
36 Recebeu muitas ligações no CRCES pedindo orientações e respondia para aguardar a publicação do

37 Decreto, mas ao mesmo tempo, recomendando a adoção das medidas de segurança com relação aos
38 funcionários. Como empresários precisamos articular nossas empresas para conseguir superar essa
39 situação, não tem outra forma, isso se for necessário, por que tem empresas que conseguem manter o

40 distanciamento mesmo funcionando normalmente, outras não. Então temos que ter consciência que pode
41 entrar um fiscal nas nossas empresas e mandar fechar por que está trabalhando de forma irregular,
42 desrespeitando a medida de segurança. Como representantes de categoria temos que divulgar a

43 informação, orientar nossos clientes. Em relação ao COMPETE vai conversar com a Diana para entender
44 como funciona e saber se há necessidade de postergação, de toda sorte, dia 19 estará com o Secretário
45 Rogelio e vai verificar com ele quais são as medidas, ou se ele pode divulgar quais medidas preventivas

46 que a SEFAZ vai adotar. Solicitou o auxílio dos presidentes de associações para conversar com os
47 contadores pois não temos nada que impeça nossa atividade, nada que impeça de trabalhar, vamos ser
48 serenos por que nossa voz tem impacto sobre as pessoas. O Clair Martins falou que também é preciso

49 ver o que os prefeitos vão fazer. Em Cachoeiro de Itapemirim a Associação vai reunir com o Secretário de
50 Fazenda e outros secretários para ver como será o decreto municipal, enquanto não isso a categoria
51 deve agir com muita prudência e respeitar o Decreto Estadual. A Carla Tasso fala que como

52 representante do CRCES ela precisa de muita serenidade e orientar os profissionais para a adequada
53 forma de trabalhar, diz também, que é preciso planejar o trabalho pois o Decreto pode ser prorrogado.
54 Solicitou aos presidentes das associações de municípios de maior polo comercial que acompanhem a
55 situação dos escritórios em seus municípios e tragam um "feed back". **3) Demandas junto a SEFAZ:**
56 muitas demandas junto a SEFAZ não conseguem concretizar por falta de argumentos, mas uma que está
57 em vias de finalizar é a alteração do art.132 que trata das multas. Trata-se de grande reclamação dos
58 contadores que tem prazo de 10 para sanar erros e podem ser multados sem a comunicação da ação
59 fiscal, o estado, pela primeira vez, pediu que analisasse a proposta de mudança da lei, então essa
60 proposta está com ela, discutiu no GTFMZ, fez um grupo reduzido com a participação da OAB, FINDES,
61 FECOMERCIO, eles estão discutindo isso tem uma semana e o prazo para resposta é dia 19 de março, a
62 proposta do governo é para melhorar a situação e a proposta do grupo é fiscalizar no prazo de 60 dias
63 após a notificação, para que o contribuinte possa acertar suas contas com o governo, o governo também
64 fez várias concessões de obrigações acessórias, o que será muito bom para o contribuinte e
65 consequentemente para a contabilidade que terá mais prazo para analisar a situação e não será autuado
66 nesse período, hoje o auto é emitido automaticamente. Foi uma mudança de comportamento da
67 Fazenda, o Subsecretário, Sr Luiz Cláudio, sempre convida para participar das discussões e isso está
68 sendo um ponto muito favorável com as entidades empresariais. **4) Receita Federal:** a Carla Tasso disse
69 que não teve novidade ainda quanto as postergações, tem um projeto para julho, mas ainda não teve
70 retorno. A Carla Tasso vai ter uma reunião com o Delegado Eduardo Roelke para tratar do atendimento
71 preferencial na Receita Federal. O Bruno Brunoro comentou que tem utilizado muito o Chat da Receita
72 Federal. A Milza Fernandez disse que o profissional fica à mercê da Chat e nem sempre consegue
73 resolver o problema, e a Receita Federal não está atendendo. O Glauber Vetoracci disse que está
74 recebendo reclamações quanto ao atendimento "on line", porém o atendimento presencial também está
75 gerando muitas reclamações. O Clair Martins sugeriu que a Receita trabalhe para melhorar as respostas
76 em relação aos motivos para indeferimentos. A Carla Tasso comentou que também tem resolvido muitas
77 situações com a RF através do Chat, do Fale Conosco, tira print da tela e encaminha, caso alguém esteja
78 encontrando dificuldades pode falar com ela que vai tentar obter a resposta adequada. **5) Junta**
79 **Comercial:** tem tido muita demanda de profissionais sobre os livros arguindo sobre a autenticação,
80 porém não tem como autenticar mais livro impresso, só digital, tem contadores tratando da questão de
81 livros de cartório que tem que autenticar todas as páginas, que o custo é alto, que o cartório está exigindo
82 que seja autenticado. Aos participantes que forem interrogados sobre o assunto recomendou orientar
83 para entregar o SPED que não tem custo nenhum. O Glauber Vetoracci comentou que em sua região
84 entregam o SPED em cartório, porém, às vezes, trás um transtorno por que não é usual nos cartórios,
85 então acaba sendo aprendizado de ambos os lados. A Carla Tasso solicitou aos participantes da reunião
86 para divulgarem a cartilha produzida e disponibilizada pela JCEES com o passo a passo para
87 procedimentos de constituição, fusão e cisão de empresas, ressaltou a importância da divulgação do
88 conhecimento. Paulo Juffo informou que a JCEES funcionará nesses 14 dias de vigência do Decreto
89 Estadual como funcionou em 2020, o serviço não será interrompido mesmo que os funcionários
90 trabalhem em "home office" uma vez que os procedimentos estão automatizados, porém ainda não está
91 definido como será o atendimento. Paulo Juffo comentou que fevereiro foi o mês que registrou o maior
92 número de constituição de empresas e que as informações sobre constituição, baixa, etc, podem ser
93 encontradas no site da JUCEES. Paulo Juffo mencionou que a IN 82 só entra em vigor 120 dias após a
94 expedição, inclusive o DREI consultou sobre o prazo por que tem algumas alterações de sistemas,
95 principalmente no que tange ao deferimento automático, hoje o livro é protocolado no formato digital, mas
96 o deferimento não é automático, então o sistema vai ser parametrizado para fazer o deferimento
97 automático de livros também. Paulo Juffo falou sobre a aplicação do § 1º do art. 53 da IN 81 que
98 estabelece o prazo de 30 dias para cumprimento das exigências, a mesma exigência reiterada várias
99 vezes, ainda assim o prazo não será de 30 dias a contar da primeira exigência. **6) Prefeituras:** A Carla
100 Tasso pretende, a exemplo da Receita Federal, através da AMUNES, solicitar atendimento preferencial
101 para profissionais da contabilidade também nas prefeituras. **7) Live sobre LGPD:** O Clair Martins
102 convidou a todos para participar de "live", hoje, às 15h, para tratar de LGPD, a Ascosul tem trabalhado

103 para desenvolver um programa específico para escritórios de contabilidade, esse programa foi
104 apresentado no CFC e recebeu muitos elogios com comentários que foi o melhor programa apresentado.
105 Então, quanto mais associações estiverem envolvidas mais vantagens poderão ser alcançadas em
106 relação a preço do produto. A Carla Tasso informou que já implantou em sua empresa, é trabalhoso,
107 contratou empresa para fazer a parte de cliente, o restante fez por conta própria, montou toda
108 documentação, fez o processo, fez o manual de conduta, fez manual de ética, carta de fornecedor, porém
109 cada empresa contábil tem uma forma diferente de trabalhar, demorou 4 meses para desenvolver o
110 trabalho, e agora está na fase do cliente, é demorado, custa dinheiro, teve que envolver o pessoal de
111 Softwere para a parte de tecnologia, mas a parte operacional fez tudo internamente. A Carla falou que a
112 ausência da adoção da LGPD pode gerar multa por parte do Estado e processo que o prejudicado pode
113 mover contra você. Informou que redigiu um contrato em que o cliente autoriza o fornecimento de
114 informações pessoais para efeito de Declaração de Imposto de Renda e está disponibilizando para quem
115 desejar, também recomendou que reforcem com seus associados para não prestarem, nos contratos a
116 serem registrados na Junta Comercial, informações que não estão solicitadas em lei. O Paulo Juffo
117 comentou que em relação a LGPD é preciso atentar para algumas coisas que não foram revogadas, a Lei
118 8.934 que trata do registro de empresa é uma lei específica e diz que os dados das empresas são
119 públicos, a LGPD não regulou isso no entendimento da Junta Comercial e do DREI. A Junta Comercial
120 não coleta informações chamadas sensíveis, ainda há necessidade de colocar no contrato o regime de
121 casamento, não está dispensado, algumas coisas ainda são necessárias em função do Código Civil e da
122 própria Lei 8.934, o que não deve colocar são informações sensíveis, por exemplo, união estável não é
123 regime de casamento, então não deve constar do contrato, o que sempre tem preocupação é com a
124 proteção dos arquivos dos registros das empresas para que nenhum racker consiga acessar, mas as
125 informações fornecidas por certidões a lei garante o que pode ser fornecido por certidão, porém a
126 certidão de IPTU constam todos os dados de um sócio da empresa, do administrador da empresa, e
127 assim por diante. A Carla Tasso falou que a IN 181 liberou a informação de muitos dados, então
128 recomenda que o profissional informe apenas o necessário. **8) Assuntos gerais: 8.1)** o José Vargas
129 parabeniza a Carla Tasso pela condução dos trabalhos. Falou também, que ano passado executou o
130 projeto "Compre no ES", e agora o CONAMPE criou o "Lojampe" que é uma plataforma nacional onde o
131 empreendedor pode se cadastrar com custo zero para divulgar sua empresa, divulgar seus produtos,
132 solicita aos contadores a divulgação junto a seus clientes, para informações basta acessar o site
133 lojampe.com.br onde encontrará informações sobre montagem de loja, fotografia para que a loja seja
134 montada nessa plataforma. A Carla Tasso solicitou as informações através de e-mail para serem
135 divulgadas.....
136 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada. Esta Ata será assinada pela
137 Coordenadora do Fórum Redesim, Contadora Carla Cristina Tasso.....

138
139
140
141
142
143



Carla Cristina Tasso
Coordenadora do Fórum Redesim